

UNIÃO ESTÁVEL (AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO, PROPOSTA POR CONVIVENTES)

Senhores usuários:

A presente GRERJ deverá ser preenchida com as informações abaixo.

Atenção: Observar os campos destacados em vermelho, que são variáveis.

TIPO DE RECEITA	COD. DE RECEITA / CONTA	VALOR - R\$
10 ATOS DOS ESCRIVÃES ATOS DAS SECRETARIAS DO TJ JUIZADOS ESPECIAIS	24 1102-3	36 R\$ 108,29 (*)
11	25	37
12	26	38
13	27	39
14	28	40
15 SUB-TOTAL		41 Preencher - Valor do sub-total
16 CAARJ / IAB (10%)	29 2001-6	42 Preencher - 10% do valor do campo 41
17 Atos dos Distribuidores - Registro / Baixa	30 preencher (**)	43 R\$ 24,03 (**)
18 FETJ	31 6246-0088009-4	44 R\$ 4,80
19 Taxa Judiciária	32 2101-4	45 R\$ 117,18 (***)
20 FUNPERJ	33 6898-0000208-9	46 5% do campo 41 + 5% dos emolumentos de registro e baixa (R\$ 24,03). FUNPERJ - Lei Complementar Estadual nº 111/2006.
21 FUNDPERJ	34 6898-0000215-1	47 5% do campo 41 + 5% dos emolumentos de registro e baixa (R\$ 24,03). FUNDPERJ - Lei Estadual nº 4.664/2005.
22	35	48
23 TOTAL		49 preencher - valor total

Observações:

(*) Recolhimento das custas referentes aos atos dos escrivães (R\$ 103,48) mais o valor atinente à distribuição judicial (R\$4,81).

De acordo com as decisões dos autos de nºs 127.029/2003 (D.O. de 25/11/2003, fls. 56) e 26.155/2003 (D.O. de 02/08/2004, fls. 99), a ação declaratória de reconhecimento de união estável, proposta por ambos os conviventes, tem natureza jurídica de procedimento de jurisdição voluntária.

Observar a Portaria nº 68/2012, Tabela 02, I, item 4.

(**) O campo 30 deve ser preenchido com o número da conta do Distribuidor competente:

- **1669-0012095-2** (feitos cíveis, criminais, etc, da Comarca da Capital);
- **0445-0137200-9** (feitos da Fazenda Pública Estadual e Municipal, da Comarca da Capital);
- **0065-0210279-0** (Comarca de Campos);
- **3071-0024739-1** (Comarca de Niterói);
- **2102-2** (demais Comarcas do Interior).

(***) Referente a duas Taxas Judiciárias mínimas, por se tratar de uma cumulação simples e, nos termos do artigo 134, I, e parágrafo único do Decreto-Lei Estadual nº 05/1975.